

VIII ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

Fundos Privados do Arquivo Municipal de Viana do Castelo

António Maranhão Peixoto

Resumo:

De entre a mais de dezena e meia de fundos privados que o Arquivo Municipal de Viana do Castelo possui, dão-se a conhecer cinco muito significativos. Modelares em tríplice circunstância: quanto à natureza do acervo documental, quanto aos suportes que apresentam e quanto à forma como se tornaram propriedade do Município.

Três deles foram comprados: o do Dr. Luís de Figueiredo da Guerra, insigne historiador local, o de Manuel Oliveira Guerra, intelectual dinamizador do vanguardista movimento cultural luso-galaico que marcou os anos sessenta do século passado, e o do fotógrafo Gualberto Boa-Morte, artista local e regional de craveira nacional e internacional. Os outros dois foram doados por familiares: o de Severino Costa, emérito jornalista, e o do Dr. Ernesto Galeão Roma, pai mundial da Diabetologia Social.

Por fim, são abordadas questões conducentes ao reforço da consolidação dos Arquivos Municipais, unidades administrativas e culturais, alicerces inquestionáveis da identidade local e da memória colectiva.

Fundos Privados do Arquivo Municipal de Viana do Castelo

António Maranhão Peixoto

O Arquivo Municipal de Viana do Castelo conta já com 95 anos de serviço público. Pois, quando em 3 de Novembro de 1912 é instalada a Biblioteca Pública Municipal de Viana do Castelo¹, nos Antigos Paços do Concelho - *abria apenas à noite e os livros eram facultados aos leitores e consulentes, nos primeiros tempos pelo zelador José Pedro Coelho e, por sua morte, pelo assalariado José Bento Monteiro da Silva, ambos, evidentemente, pessoas de escassas letras* – também a partir desta altura passam a poder ser consultados e *manuseados* pelos investigadores, naquele mesmo *departamento camarário*, os livros do Arquivo Histórico Municipal.

Este acontecimento inscreve o Arquivo Municipal de Viana do Castelo como o primeiro no passado século XX e o segundo no contexto nacional, dado que o de Lisboa data de 1863, dos arquivos municipais a disponibilizar a sua documentação ao público.

Até aí registamos a preocupação da edilidade vianense, que se manifesta desde muito cedo, em conservar a documentação relativa à sua existência como comunidade:

- o pergaminho mais antigo data de 1262: *Troca com o Bispo de Tui para a fundação de Viana;*

- no seu valiosíssimo espólio possui dois documentos assinados por Fernão Lopes: - 1437, Junho, 25, Lisboa – *Treslado das Inquirições de 1258 referentes a Viana* e 1437, Junho, 26, Lisboa – *Treslado do foral que o rei D. Afonso III concedeu ao concelho de Viana*, em 18 de Junho de 1258.

Assinale-se que deste *patriarca dos nossos historiadores, guardador das escrituras do tomo e chaves delas*, se conhecem apenas vinte certidões por ele passadas.

Em 1572 a Câmara de Viana mandou fazer o livro das Armas e outros papéis. E no ano de 1587 foi a vez de encadernar o livro dos Baptismos.

No século XVII, em 1606, Filipe II obrigou o Município a possuir livro para a transcrição das cartas e alvarás régios. E volvidos 11 anos, em 1617, Belchior da Rocha foi encarregado de organizar o livro das Sisas.

¹ LEMOS, Júlio de – *A Biblioteca, o Museu e o Arquivo de Viana do Castelo*. Edições do Templo, Lisboa, 1978, p.19.

Sabemos também que alguma documentação se perdeu irremediavelmente devido à irresponsabilidade, ao desconhecimento e à incúria de funcionários e outros responsáveis.

Os inventários conhecidos permitem-nos atestar tal realidade e conhecer o crescimento documental deste Arquivo Municipal:

- Nos inícios do século XVIII, por ordem do corregedor da comarca, o escrivão da Câmara, Henrique de Matos e José Casimiro da Silva, tabelião, elaboraram o *Inventário da Fábrica da Câmara, do Cartório e dos ferros da cadeia*, onde referenciam mais de três centenas de livros e outros papéis;

- Em 1820, o Juíz de Fora, Doutor Caetano José de Sequeira Tedim ordena novo registo ou *Colecção Metódica dos Documentos existentes no Cartório Municipal*, efectuado por Francisco Martins da Silva Araújo Cerveira;

- Júlio de Lemos, à guarda de quem esteve o Arquivo desde 9 de Janeiro de 1911 a 28 de Dezembro de 1938, ordenou e catalogou cerca de 2.360 livros. Agrupou-os em secções e colocou-os, dentro destas, em geral, segundo sequência cronológica, o que facilitava a pesquisa dos estudiosos e o controlo por parte dos funcionários.

Este secretário da Câmara Municipal de Viana do Castelo estava consciente dos verdadeiros valores do nosso património cultural e sabendo que o arquivo vianês *é um dos mais importantes do país*, durante doze anos lançou mãos à sua organização e catalogação, deixando-nos um precioso volume manuscrito de duas centenas de folhas, concluído em 28 de Julho de 1926, em cujo termo de abertura se lê: *Há-de servir este livro para o inventário do arquivo municipal*.

O estado em que Júlio de Lemos encontrou o Arquivo mereceu o seguinte comentário de José Caldas, em 27 de Julho de 1915:

Se neste último meio século a Câmara de Viana se houvesse preocupado, pouco que fosse, com o seu arquivo, já este riquíssimo tesouro da vida local não teria chegado à miséria a que sucessivas edilidades, de cariz única e exclusivamente político, o reduziram.

Em Novembro de 1923, dá-se, juntamente com a Biblioteca, a sua transferência para o edifício do Museu Regional. Aí são criadas *salas-depósitos para a Biblioteca e Arquivo Histórico*.

Em 17 de Julho de 1951 é empossado na direcção da Biblioteca e Museu o Dr. Manuel de Sousa Oliveira. Escritor e arqueólogo, licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas e graduado com o Curso Superior de Bibliotecas e Arquivos da Universidade de Coimbra,

a quem se ficou a dever um valioso esforço de organização bibliotecária e o início de similar missão no Museu Regional e Arquivo Histórico Municipal.

Entre fins de Abril e começos de Maio de 1976, o Doutor António Brásio, nomeado pelo Conselho Académico da Academia Portuguesa da História, elabora o Roteiro ou Inventário do Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

De 1980 a 1982 é confiada ao Dr. António Matos Reis a tarefa de orientar o Museu Municipal, ficando também a seu cargo o espólio lá armazenado do Arquivo Histórico Municipal. Consciente dos problemas que afectavam os investigadores organiza a documentação, recolocando os livros pela ordem em que tinham sido deixados por Júlio de Lemos, elaborando um roteiro sumário que facilitasse a sua busca e localização, sendo registada a cota do livro, incluindo o número de ordem, o título e o ano a que diz respeito.

No início de Julho de 1989, o dito *Arquivo Histórico* é transferido para o edifício da Biblioteca Municipal, instalada desde 1966 numa área dos actuais Paços do Concelho. Local onde ainda hoje faculta a sua documentação aos investigadores, tendo como datas extremas 1262 e 1940, genericamente, embora no que diz respeito às séries documentais Actas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal se prolonguem até 1993 e 1991 respectivamente.

De Junho de 1990 até meados de Outubro de 1992, o Dr. Rui Alberto Faria Viana, actual Director da Biblioteca Municipal, assegura a direcção do Arquivo².

Promove o levantamento exaustivo da documentação existente e realiza ainda a incorporação de emergência de toda a documentação do arquivo intermédio, acondicionada precariamente na área ocupada anteriormente pela Biblioteca Municipal na sede da edilidade.

O Arquivo Municipal vianense é, entre os seus congéneres, um dos mais importantes do país, como reconheceu Herculano, quando por aqui passou em Setembro de 1854 e dele levou para a Torre do Tombo documentos que não voltaram ao seu lugar.

O notável diplomata Dr. João Pedro Ribeiro, que em 1790 também visitou este cartório comunal, não o excluindo do número daqueles em que notara que “ tudo se achava em confusão”, regista todavia que nele viu Cartas Régias e Provisões desde o reinado de D. João II e, entre elas, uma de D. António, datada de Lisboa a 24 de Julho de 1580. Não é este, porém, o único monumento que existe em Viana respeitante à

² Assumimos as funções de dirigir esta unidade municipal no dia 12 de Outubro.

época do desventurado filho do Infante D. Luís, pois que entre os seus livros se contam as actas do referido ano de 1580, em cujo frontispício José Caldas (1842-1932), por seu punho, deixou anotado que esse códice era um dos mais preciosos livros dos acórdãos da Câmara. Temos ideia de que, a este propósito, o eminente historiador nos dissera, numa das suas visitas ao arquivo, que se arrependera de haver escrito aquela nota, a qual poderia ser um incentivo ao roubo, e acrescentara que somente em Viana e em Vila do Conde descobrira documentação relativa ao Prior do Crato³, como testemunha Júlio de Lemos.

A solução global que apresentamos em 1993 para uma real política arquivística do Município vianense assentou nos seguintes objectivos:

- 1.º Assegurar uma efectiva e eficiente gestão, extensiva a todos os serviços municipais;
- 2.º Responder cabalmente às solicitações dos serviços municipais e de todos os utilizadores;
- 3.º Permitir o fácil e rápido acesso à documentação e à informação;
- 4.º Zelar pela protecção e preservação dos documentos;
- 5.º Evitar e suprimir a acumulação excessiva de documentação inútil, bem como disciplinar a reprodução injustificável da informação;
- 6.º Economizar e rentabilizar os *arquivos*, transformando a eliminação numa fonte de rendimento;
- 7.º Dimensionar a circulação da documentação e regulamentar o acesso e fruição da mesma.

Com a aprovação, por unanimidade, em Setembro de 1994 do Regulamento deste Arquivo Municipal é dado o “grande passo” para que o mesmo se estruture como um verdadeiro sistema de informação.

Assim esta unidade administrativa e cultural compreende e unifica o âmbito, funções e objectivos específicos dos vulgarmente chamados Arquivo Histórico e Arquivo Geral do Município, sendo, por isso, constituída pela documentação de natureza administrativa e histórica procedente dos diferentes serviços municipais e como consequência das atribuições genéricas de recolha, selecção, tratamento e difusão. Contém sob a sua responsabilidade toda a documentação produzida e reunida pelos diferentes órgãos e serviços, independentemente do tipo de suporte ou formato, como

³ LEMOS, Júlio de – *ob. cit.*, p.39-40.

resultado da actividade camarária e que conserva para servir de testemunho, prova ou informação.

Incorporará, ainda, por compra, doação ou depósito fundos arquivísticos de natureza diversa, em qualquer tipo de suporte ou formato, que a Câmara Municipal considere de relevante interesse para o concelho.

Com a remodelação da Secção de Processos de Obras, iniciada também naquele ano, implementou-se uma gestão integrada da documentação, compreendendo todas as fases do seu ciclo vital: corrente, intermédia e definitiva.

A formação e a dotação com os recursos humanos necessários, entre os catorze colaboradores directos conta com seis técnicos profissionais e um técnico superior de arquivo, bem como a instalação de mais de 6.300 metros lineares de documentação, em espaços dimensionados e munidos de equipamentos de elevada funcionalidade, como as Áreas de Arquivo nos Serviços Municipalizados, desde 1998, e no edifício “Encosta do Elevador”, a partir de 2004, asseguram uma efectiva gestão documental, normalização dos circuitos documentais e disciplina de procedimentos.

Constitui a Divisão de Arquivo integrada no Departamento de Administração Geral. No seu âmbito funcionam um Núcleo de Apoio Administrativo, a Repartição de Arquivo e o Sector de Gestão Documental. A Repartição integra a Secção de Gestão de Processos e Atendimento e o Sector de Gestão Documental as seguintes áreas:

- a) Área dos serviços municipais;
- b) Área dos arquivos audiovisuais e cartográficos;
- c) Área de preservação e reprografia;
- d) Área de extensão cultural e apoio à investigação.

As estratégias de planeamento e de decisão que envolvam a classificação documental, nomeadamente o carácter confidencial ou reservado, dependem directamente do Presidente da Câmara⁴.

Na actualidade compreende os seguintes fundos e colecções:

1. CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Em jeito de síntese histórica, refira-se que D. Afonso III concedeu no dia 18 de Junho de 1258 a carta de foral à vila de Viana da Foz do Lima. Tal facto representou para as

⁴ Diário da República, II Série, Apêndice n.º 85-A/98, 2.º Suplemento, p.9.

populações o início de uma nova era, caracterizada pela responsabilidade colectiva e independência política.

O rei bolonhês planifica o desenvolvimento nacional guiado pela ideia de descentralização do poder, em ordem ao correcto ordenamento dos meios defensivos e também sentindo necessidade de preservar e libertar as populações do jugo imposto pelas ordens privilegiadas, transferindo-as para a esfera real. Devemos acrescentar ainda a urgência na promoção do povoamento e desenvolvimento de certas zonas estratégicas, através da concessão de incentivos e isenções.

O foral de Viana, no seu todo, consigna muitos destes objectivos e testemunha a intenção da mudança e dinamismo que o monarca desejava imprimir ao futuro desta região: *quero fazer hua povoação nova no lugar que se chama Átrio, em a foz do rio Lima, à qual povoação dou de novo e ponho nome de Viana.*

As regalias que lhe concede, como a isenção da dízima de todas as mercadorias importadas, excepto as oriundas de França e regiões habitadas por Mouros, a libertação do pagamento de portagem em todo o Reino, a dispensa do imposto de Nabão devido aos pescadores locais e todo o conjunto de rendas de que passa a usufruir dimensionam a vila para o comércio marítimo. Aqui reside o êxito da expansão quinhentista desta povoação marítima e comercial e o segredo da correcta administração municipal.

D. Manuel I, o rei Venturoso, concede a 1 de Junho de 1512, em Lisboa, foral novo a este importante pólo comercial.

Na época de quinhentos os navios deste burgo banhado pelo Lima e pelo Atlântico percorrem o Oceano desde a Terra Nova ao Golfo da Guiné, da Flandres ao Brasil, de Sevilha às Antilhas, comerciando e pescando.

Viana é rampa de navegações no Atlântico Setentrional, escola de marinheiros e povoadores. A estética quinhentista aparece testemunhada nas casas que marginam as suas ruas.

D. Sebastião, o monarca Desejado, intitula-a *Vila Notável* e como *havendo respeito a ser hua das nobres e principais de meus reinos e de maior rendimento, a principal Entre-Douro-e Minho, e de grande povoação.*

No apogeu do ciclo do açúcar brasileiro o movimento do porto confere-lhe o terceiro lugar a nível nacional em rendimentos alfandegários, chegando a ter no mar setenta navios.

Em 1836, pela grande reforma administrativa, é elevada a sede distrito. No conturbado período das lutas liberais, durante a revolta da Maria da Fonte, a Fortaleza de Santiago

da Barra resiste ao cerco de 45 dias, que lhe foi posto pelas tropas da Junta do Porto. Comemorando tal facto, a pequena vila de Viana do Minho, é elevada à categoria de cidade de Viana do Castelo, no dia 20 de Janeiro de 1848, pela rainha D. Maria II.

Este Município no litoral do Alto Minho, distrito de Viana do Castelo, é constituído por 40 freguesias (Afife, Alvarães, Amonde, Areosa, Barroselas, Cardielos, Carreço, Carvoeiro, Castelo do Neiva, Chafé, Darque, Deão, Deocriste, Freixieiro de Soutelo, Geraz do Lima (Santa Leocádia), Geraz do Lima (Santa Maria), Lanheses, Mazarefes, Meadela, Meixedo, Montaria, Monserrate, Moreira de Geraz do Lima, Mujães, Neiva (S. Romão), Nogueira, Outeiro, Perre, Portela Suzã, Santa Maria Maior, Santa Marta de Portuzelo, Serreleis, Subportela, Torre (S. Salvador), Vila Franca, Vila Fria, Vila Mou, Vila Nova de Anha, Vila de Punhe e Vilar de Murteda) e possui 318,6 km² de superfície.

Nos últimos Censos, datados de 2001, é assim caracterizado:

- ✓ 89.184 habitantes, mais de metade na área urbana da cidade;
- ✓ 28.956 edifícios;
- ✓ 25.992 núcleos familiares residentes;
- ✓ densidade populacional = 280 habitantes/ km².

A sua dinâmica na esfera económica salienta a indústria de construção naval, a de celulose, a pesca, a agricultura, o artesanato, o turismo e a hotelaria.

O Plano de Classificação deste fundo compreende as seguintes secções:

A/ Constituição e Regulamentação do Município

B/ Órgãos do Município

C/ Serviços Administrativos

D/ Património

E/ Serviços Financeiros

F/ Impostos

G/ Eleições

H/ Funções Militares

I/ Segurança Pública

J/ Justiça

K/ Controlo das Actividades Económicas

L/ Urbanismo

M/ Obras

N/ Serviços Urbanos

O/ Habitação
P/ Saúde e Assistência
Q/ Educação
R/ Cultura
S/ Desporto
T/ Turismo

2. *CORREGEDOR DA COMARCA DE VIANA*
3. *PROVEDOR DA COMARCA*
4. *ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO*
5. *CONCELHO DE GERAZ DO LIMA*
6. *CONCELHO DE LANHESES*
7. *COUTO DE CAPAREIROS*
8. *FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO LIMA*
9. *INSTITUTO HISTÓRICO DO MINHO*
10. *IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA GUIA, DE VIANA DO CASTELO*
11. *JUIZ ELEITO DA FREGUESIA DE CAPAREIROS*
12. *JUIZ ELEITO DA FREGUESIA DE MUJÃES*
13. *JUIZ ELEITO DA FREGUESIA DE VILA DE PUNHE*
14. *JUIZ ORDINÁRIO DE GERAZ DO LIMA*
15. *JUIZ ORDINÁRIO DE VILA DE PUNHE*
16. *JUIZ DE PAZ DE CAPAREIROS*
17. *JUIZ DE PAZ DE CARVOEIRO*
18. *JUIZ DE PAZ DE VILA MOU*
19. *JUIZ DE PAZ DE VILA DE PUNHE*
20. *JUNTA DE PARÓQUIA DE S. MARTINHO DE OUTEIRO*
21. *PARÓQUIA DE S. SEBASTIÃO DE DARQUE*
22. *SUPERINTENDÊNCIA DAS COUDELARIAS*
23. *ARQUIVO PRIVADO DA FAMÍLIA ESPREGUEIRA*
24. *ARQUIVO PRIVADO JOÃO DA ROCHA*
25. *ARQUIVO PRIVADO LUÍS DE FIGUEIREDO DA GUERRA*
26. *ARQUIVO PRIVADO MANUEL DE OLIVEIRA GUERRA*
27. *ARQUIVO PRIVADO ARTHUR DE SANDÃO*
28. *ARQUIVO JORNALÍSTICO DE SEVERINO COSTA*

29. *ARQUIVO PRIVADO ALCINDA PEREIRA DE AGUIAR*
30. *ARQUIVO PRIVADO ERNESTO GALEÃO ROMA*
31. *ARQUIVO PRIVADO JOSÉ ROSA ARAÚJO*
32. *ARQUIVO PRIVADO AFONSO DO PAÇO*
33. *ARQUIVO PRIVADO FRANCISCO IGREJA*
34. *ARQUIVO PRIVADO DE CONFRARIAS*
35. *ARQUIVO PRIVADO DE MOSTEIROS*
36. *ARQUIVO PRIVADO DE CONVENTOS*

❖ COLECÇÕES:

➤ PERGAMINHOS DO FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA

Datas extremas: [1262]-[1615]

➤ CARTOGRAFIA

Datas extremas: [séc.XV]-[séc.XVI] / séc. XX

➤ CARTAS RÉGIAS

Datas extremas: [1433]-[1895]

➤ ILUMINURAS MEDIEVAIS

❖ ARQUIVOS AUDIOVISUAIS:

✓ FUNDO POSTAL: Traje, Usos e Costumes Locais e do Alto Minho, Monumentos e Paisagens⁵.

✓ FUNDO FOTOGRÁFICO: Viana e seus Monumentos, O Património Religioso de Viana, Varandas e Fontenários de Viana, Espólios de Severino Costa e, em especial, o de Gualberto Boa-Morte sobre a Romaria da Senhora d'Agonia, Trajes Regionais de Viana e Municipalidade⁶.

✓ FUNDO FÍLMICO: Romaria da Senhora d'Agonia (1953), A Utopia do Padre Himalaya (2004), Romaria Sr.^a D'Agonia (2004) e Gil Eanes (2005).

⁵ Compreende na actualidade mais de 900 peças, perfazendo quase um milhar de documentos, datados desde o início do século XX.

⁶ Reúne mais de 163.300 unidades, em papel, negativo e slide.

- ✓ FUNDO MUSICAL: Sinfonia n.º 3 – Homenagem à Cidade de Viana do Castelo, de António Vitorino d’Almeida (2006).

O Arquivo Municipal de Viana do Castelo possui cerca de nove dezenas de *bens arquivísticos de valor excepcional*, devidamente classificados pelo Programa de Inventariação dos Bens Culturais Móveis, promovido pela Secretaria de Estado da Cultura em 1993/94. Possui igualmente 4 iluminuras, já divulgadas no Inventário dos Códices Iluminados até 1500, volume 2, publicado em 2001, pela Biblioteca Nacional⁷.

De entre a mais de dezena e meia de fundos privados que possui iremos realçar e abordar, dada a especificidade de cada um, os acervos do Dr. Figueiredo da Guerra, Dr. Ernesto Roma, Manuel de Oliveira Guerra, Severino Costa e Gualberto Boa-Morte.

O Dr. Luís de Figueiredo da Guerra (1853-1931), insigne investigador deste Arquivo Municipal, foi magistrado judicial, primeiro director da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, desempenhou ainda as funções de secretário da Câmara Municipal, de presidente do Instituto Histórico do Minho, sendo também professor do Liceu.

Dedicado à história local, desde os tempos de estudante da Universidade de Coimbra, este ilustre vianense produziu monografias que ainda hoje se revelam de grande importância. Fundou inclusivamente a publicação o *Archivo Viannense*, onde editou vários estudos, nomeadamente, o *Índice dos pergaminhos do arquivo da Câmara de Viana*, tendo sido assíduo colaborador do jornal *A Aurora do Lima*.

A sua obra teve por base numerosos manuscritos que colecionou e que parcialmente integram o fundo Arquivo Privado de Luís de Figueiredo da Guerra, cuja documentação foi adquirida pela autarquia nos anos sessenta, por quarenta contos (40.000\$00, hoje corresponderia a 200 €), a Luís Reis Santos. É constituído por documentos manuscritos em papel e livros de extintos conventos, de relevante importância para a história de Viana e seu termo, entre eles o de S. Salvador da Torre e o das Ursulinas, bem como por 26 pergaminhos datados do século XIV a XVI. As suas datas extremas são 1318 a 1929 e tem sido objecto das pesquisas de dezenas de investigadores.

Há cerca de dois anos está a ser estudado pela Mestre Isabel Pinho no âmbito do desenvolvimento do seu projecto de doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁷ P.208-209.

O riquíssimo espólio do Dr. Ernesto Galeão Roma (1887-1978) foi oferecido, em Junho de 1998 e Dezembro de 2000, pela sua viúva Dr.^a Alda Pamplona e Roma.

Este ilustre médico, cientista e humanista, filho de D. Josefa Emília Vieira Galeão e do General Bento Manuel Gonçalves Roma, nasceu na rua de S. Sebastião (actual rua Manuel Espregueira), n.º 205, em Viana do Castelo, no dia 1 de Junho de 1887. Notável diabetologista, funda, em 1926, a então designada Associação Protectora dos Diabéticos Pobres de Portugal, *a mais antiga de todas as congéneres espalhadas pelo Mundo*, hoje a prestigiada Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal. É o criador em todo o mundo da Diabetologia Social.

Este Arquivo Privado compreende objectos pessoais como condecorações, diplomas, fotografias, correspondência, recortes de jornais, trabalhos dactilografados e publicações.

Mercê do Protocolo de Colaboração Celebrado⁸ entre o Município de Viana do Castelo e a Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, em 20 de Novembro de 2003, algumas das suas peças encontram-se, temporariamente, expostas no Museu da Diabetes, na sede daquela Associação, no 5.º andar, sita na Rua do Salitre, n.º 118-120, em Lisboa.

Na homenagem prestada pelo Município de Viana do Castelo, Sessão Evocativa do Doutor Ernesto Galeão Roma, realizada no dia 31 de Março de 2001, sua esposa⁹ inicia assim a sua intervenção:

«Ao aproximar-se o fim dos meus dias – desta vida tão longa que generosamente me tem sido concedida – atormentou-me a ideia de que os testemunhos da vida ímpar do Dr. Ernesto Roma, meu marido, que possuía e guardava carinhosamente se dispersariam ou inutilizariam.

E sobretudo os testemunhos da minha memória, pois tivera a felicidade de acompanhar a vida de meu marido desde aluna do curso médico e depois colega e mais tarde como esposa idolatrada.»

Para ao concluir testemunhar:

«Com efeito o Dr. Ernesto Roma não está esquecido. E não será esquecido.

Após 22 anos sobre o seu falecimento acaba de ser publicado um livro – A História da Medicina Portuguesa no Século XX, da autoria do Prof. Dr. Manuel Machado Macedo,

⁸ Aprovado na Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Viana do Castelo de 10 de Setembro de 2003.

⁹ Viria a falecer no dia 30 de Julho desse mesmo ano.

antigo Bastonário da Ordem dos Médicos e distinto cirurgião e cardiologista, pioneiro em Portugal da Cirurgia Cardíaca.

E nesse volume está citado o Dr. Ernesto Roma e também (modéstia aparte) a sua mulher, a ilustre patologista clínica Dr.^a Alda Pamplona, que vos fala neste momento e foi uma das primeiras médicas deste século [século passado].

Com esta doação à cidade de Viana do Castelo, julgo ter sabido cumprir o meu dever e tão somente o meu dever. Não me agradeçam.

Posso agora morrer em paz. Levo-vos a todos na lembrança e no coração. Obrigada. Muito obrigada.»

O grado militante das relações culturais luso-galaicas e editor da revista «Céltica – Cadernos de Estudos Galaico-Portugueses», Manuel de Oliveira Guerra, nasceu em 1905, vindo a falecer na Cidade Invicta, no dia 5 de Junho de 1964.

Este escritor português, que redigiu inclusivamente um projecto de regulamento do «Círculo de Estudos Galaico-Portugueses», animou e, através da Céltica, desempenhou um papel importantíssimo no movimento intelectual de aproximação Galiza-Portugal nos anos 60. Estabeleceu contactos com autores Ibero-Americanos, como Maria Manuela Couto Viana e Manuel de Boaventura desta região minhota.

Tendo como linha de orientação o que representa para Viana do Castelo enquanto cidade/”capital” das relações Luso-Galaicas, que sempre promoveu e acolheu, foi o acervo deste escritor adquirido para este Arquivo Municipal, em 1995, pela quantia de 150.000\$00¹⁰ (cento e cinquenta mil escudos, ou seja, actualmente, 750 €). É constituído por correspondência, fotografias, documentos manuscritos e dactilografados, bem como recortes de jornais, além da colecção completa da referida revista¹¹. Dela não resistimos em recordar dois textos fascinantes, que identificam soberbamente o espírito deste movimento cultural:

Ó GALIZA E PORTUGAL,
VIVEIRO DE TROVADORES

¹⁰ Deliberação do executivo municipal em 17 de Outubro de 1995.

¹¹ O último número (n.º 21 – Outono de 2007) da revista Mealibra – Revista de Cultura, editada pelo Centro Cultural do Alto Minho, consagra o estudo do galego Fernando Díaz-Castroverde Gómez sobre a mesma (p.171-178), com o título «U-La Atlântida?: Céltica. Caderno de Estudos Céltica. Caderno de Estudos Galaico-Portugueses. (50 Anos de Oprobio)».

Deitadas na mesma areia
Ó conchas de litoral,
Com o mesmo corpo de sal
Que nasceu da maré cheia,
Tecidas na mesma teia
De espuma branca de cal,
Rosas do mesmo rosál
E mel da mesma colmeia,
Ó filhos que o mar pranteia,
*Ô Galiza e Portugal!*¹²

... Mais uma vez saí da Corunha, da linda Corunha pousada como pomba branca à beira-mar, atravessei Santiago, onde hei-de morrer um dia ouvindo os passos das gentes nocturnas calcorreando a Rua del Vilar, estive extático, diante da Igreja de São Domingos, em Pontevedra, detive-me, embebecido, frente às casinhas adoráveis de Redondela, mergulhei os olhos arrasados de sonho nas águas de Vigo, com a luz do Sol morrente beijando-as como o meu olhar melancólico... mais uma vez quis guardar debaixo do casaco a vilazinha de Porriño e trazê-la para mim, para minha casa... mais uma vez cheguei à fronteira, à margem do nosso querido e comum amigo, o rio Minho, e mais uma vez me apeteceu chorar, chorar de raiva, de saudade, de tristeza e de ternura...

... Mais uma vez eu vim cheio de saudade, a morrer de saudade...¹³

Este conjunto documental tem sido procurado por vários investigadores, portugueses e galegos, que ao nível universitário pretendem dar a conhecer a sua multifacetada obra – ficção, poesia e ensaísmo – e compreender a dinâmica do pioneirismo na aproximação luso-galaica vivida na década de 60 do século XX.

No dia 21 de Julho deste ano, presidimos em nome do Município à apresentação em Viana do Castelo, na Tenda das Tertúlias da XXVII Expo-Feira do Livro e XI da Lusofonia, do livro póstumo de Manuel de Oliveira Guerra. É uma antologia de sonetos do poeta e contista de Oliveira de Azeméis, organizada pela filha Dr.^a Maria Virgínia Guerra, também ela poetisa, com prefácio do Professor Doutor Salvato Trigo e posfácio do escritor checo Jorge Listopad.

O Arquivo Jornalístico de Severino Costa oferecido pelo filho Carlos Eurico da Costa, em 1997, e por sua nora, D. Maria Bernardete Moreira da Cruz (viúva do outro seu filho, também chamado Severino), em 2006, é uma referência única da história

¹² Primeira estrofe do poema de António Norton publicado na separata «Galiza», parte integrante da *Céltica*, n.º 2.

¹³ Extracto do final da «Carta a um Galego», escrita por Oliveira Guerra no Porto, em Setembro de 1959, e publicada no n.º 1 (p.16-20) da *Céltica*.

contemporânea da urbe vianense. Trata-se de um conjunto documental produzido entre 1964 e 1980, constituído por mais de 6.000 recortes de jornais e de 3.100 negativos de fotografias subsidiárias.

Severino Costa nasceu na vila de Ponte de Lima em 23 de Outubro de 1899, no n.º 41 da rua do Pinheiro, no mesmo bairro onde nasceram Norton de Matos e o poeta António Feijó. Filho de Maria Filomena da Costa e de António Emílio da Costa veio viver para Viana do Castelo em 8 de Outubro de 1912.

Funcionário do Banco Nacional Ultramarino nesta cidade, foi também delegado distrital do jornal “Comércio do Porto”, onde durante longos anos de intensa actividade assegurou, além de reportagens e entre outras crónicas, as seguintes colunas amplamente conhecidas “Flagrantes do Momento”, “Documentos Limianos”, “Vinhetas Vianenses” e “Dia a Dia na Cidade”.

Publicou vários ensaios e escreveu marcantes revistas de cariz popular e local. Foi fundador e sócio n.º 1 da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Alto Minho, saída da Tertúlia de Jornalistas, da qual fazia parte.

2.º secretário do Instituto Histórico do Minho, sócio fundador em 1955 do Cine-Clube, membro da secção vianense do Rotary Clube, do qual também foi presidente, vê a Câmara Municipal de Viana do Castelo, em 2 de Abril de 1976, atribuir-lhe a medalha de ouro da Cidade. À homenagem pública em reconhecimento dos serviços prestados através da sua actividade jornalística e cultural associou-se a Câmara Municipal de Ponte de Lima e a população daquela Vila sendo descerrada uma placa comemorativa na casa onde nasceu.

Falecido em 14 de Abril de 1990, tem o seu nome perpetuado numa artéria da Cidade por deliberação da Câmara Municipal em 16 de Novembro de 1992.

Gualberto Boa-Morte é um fotógrafo de renome local e regional, com craveira nacional e internacional, radicado há mais de três décadas na cidade de Viana do Castelo. A parte mais avultada do importantíssimo espólio deste artista – um património ímpar de 161.040 peças documentais (150.918 negativos e 5.061 diapositivos) – foi este ano¹⁴ adquirido para o Arquivo Municipal pelo valor global de 261.804,00 € (duzentos e sessenta e um mil oitocentos e quatro euros). Estamos perante testemunhos únicos de várias temáticas locais e regionais, desde 1978 a 2005, designadamente arte sacra,

¹⁴ Deliberação da Câmara Municipal em 6 de Junho.

artesanato, eventos associativos, desportivos e cívicos, feiras, festas e romarias, monumentos e paisagens.

Com esta estupenda aquisição, que diz respeito à produção de um só artista, garante-se também a sua unidade e coesão, salvaguardando e preservando-se, assim, o seu elevado interesse municipal e regional.

Os fundos privados elencados são meros modelos do vasto conjunto que o Arquivo Municipal de Viana do Castelo possui. Obviamente, exemplos similares e da mais variada natureza poderemos encontrar ou vir a albergar nos arquivos municipais.

Sobre estas unidades administrativas e culturais recaem, naturalmente, as obrigações e funções de salvaguarda da identidade e da memória dos nossos municípios. Não só emergente do foro colectivo, mas também proveniente do domínio individual, familiar, empresarial, associativo e demais património arquivístico que urge proteger e valorizar, pela sua relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade local, bem como para a democratização da cultura.

Se o caminho até aqui percorrido tem proporcionado a estruturação destes pólos fulcrais para a gestão municipal, imprescindíveis à construção e vigência de uma efectiva administração aberta, com a temática agora abordada neste Encontro – *Fundos Privados em Arquivos Municipais* – novos desafios e, por natural indução, novas responsabilidades se colocam ou reforçam.

A superação dos constrangimentos ainda latentes e das dificuldades presentes, em nossa opinião, passa, a um primeiro nível, pela concretização do Código de Administração Autárquica. Tal instrumento, além de catalisar o reforço da descentralização, o desenvolvimento local e o conhecimento e cumprimento da lei, promoverá a permanente modernização e qualidade na nossa administração local, devendo, inequivocamente, titular e consagrar os Arquivos Municipais como sistemas de informação. Sistemas de informação que, na plataforma municipal, assegurem, de modo eficiente e eficaz, a gestão de todo um conjunto de questões relacionadas com o tratamento, acesso, controle e manuseamento, bem como a pesquisa e difusão da informação que abrangem.

Ainda neste primeiro nível, há um outro pilar que é necessário reequacionar, renovar, reforçar e revitalizar: o PARAM – Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais. Nomeadamente, e fruto da experiência acumulada, nos segmentos de construção e/ou

adaptação de edifícios de forma a dotar os municípios com instalações de arquivo devidamente dimensionadas para o horizonte de, pelo menos, três a cinco décadas.

Num segundo nível, ou, melhor, em paralelo se possível, torna-se necessário ultrapassar, com a menor perda de tempo, o vazio legislativo que se paira sobre os suportes electrónicos e a disseminação acelerada da sua utilização ditada, única e exclusivamente, pelo mercado. A desregulação que prolifera conduz(irá) a perdas irreparáveis, não só de informação e de prova, mas também de património arquivístico com relevante interesse local.

Também é de manifesta e elevada pertinência promover a redefinição *do regime geral das incorporações da documentação de valor permanente em arquivos públicos*. Isto é, rever o Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de Março, que atribui o desiderato de tais incorporações apenas ao Arquivo Nacional Torre do Tombo e aos arquivos distritais e equiparados. Nesta matéria propõe-se, pois, a construção e vigência de um instrumento normativo mais moderno, mais descentralizador e equilibrado, contemplando e integrando também os Arquivos Municipais, no âmbito da sua esfera territorial, como parceiros directos na preservação, organização, defesa e valorização do património arquivístico.

A multiplicação de fundos privados, com as crescentes solicitações para depósito, tratamento e difusão de arquivos pessoais, de famílias, escolares, empresariais e associativos, aliada à forte sensibilidade das edilidades para a aquisição de acervos com relevante interesse municipal, consolidam, cada dia mais, estas unidades administrativas e culturais municipais como fundamentos da identidade local e da memória colectiva.